



ATA DA 273ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEPRAM

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Recursos Ambientais, teve início a 273ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, conduzida por Emanuel Mendonça, presidente em exercício. Estiveram presentes os senhores conselheiros: Adalberto Ribeiro, representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM; Antonio César Ormundo, representante do Projeto Amiga Tartaruga; Andrezito Santos Souza, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia; Maria Conceição Riccio, representante da Secretaria da Saúde – SESAB; José Augusto Passos, representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia – FTIEB; José Roberto Celestino, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Melquíades Spinola de Oliveira, representante do Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia – CEPEDES; Georges Souto Rocha, representante do Grupo de Recomposição Ambiental – GERMEN; Joás Brandão, representante do Grupo Ambientalista de Palmeira – GAP; Walmir do Carmo, representante do Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente – GRAMA; Renato Cunha, representante do Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ; Participaram: Larissa Cayres, assessora da SPA/SEMARH, Ney Maron, diretor de controle ambiental do CRA; Convidados: Cel. José Francisco de Oliveira Leite, representante da Companhia de Proteção Ambiental – COPPA e Elizabeth Sucupira, coordenadora de Projetos Ambientais, representante do Grupo Votorantin. A reunião realizou-se em dois turnos. Constaram da pauta os seguintes assuntos: Apresentação das Deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente – 2003; Apresentação da Proposta de Interiorização da COPPA; Apresentação do Programa de Levantamento Histórico Artístico e Cultura de Cachoeira e São Félix: um dos condicionantes da Licença de Implantação da Usina hidroelétrica Pedra do Cavalo; Discussão e votação da Ata da 272ª Reunião Ordinária de 2004; Relato dos Processos: Novos e com Pedido de Vistas; Comunicações e informações e O Que Ocorrer. No turno da manhã, o presidente em exercício, cumprimentou a todos e como havia *quorum*, declarou aberta a reunião e passou a palavra ao conselheiro Renato Cunha que falou sobre o lançamento da publicação intitulada Deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente e comentou sobre a demora do encaminhamento e desdobramentos necessários para o assunto em questão; informou que o lançamento dessas deliberações, no nível estadual, estava previsto para o dia quatro de junho; sugeriu a criação de um grupo de trabalho, para analisar e elaborar um estudo mais aprofundado sobre essas deliberações que dizem respeito ao Estado da Bahia, para implementação de decisões. O presidente em exercício, comentou que estava prevista uma visita, a nível nacional, do Ministério de Meio Ambiente, área de educação ambiental, às Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental e as Secretarias de Meio Ambiente e Educação. No Estado da Bahia está programado para o dia oito de julho; lembrou que foi publicado o Decreto criando a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e informou que a discussão sobre o processo eleitoral, indicações e representações está agendada para o dia quatorze de junho; comunicou o evento referente à entrega do Prêmio aos vencedores do Prêmio Bahia Ambiental que será realizado no dia quatro de junho. Foi sugerido e aprovado que se discutisse a legislação ambiental, na 274ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia dezoito de junho com a participação de Maria Gravina Ogata, diretora de Planejamento e Integração das Ações Ambientais. No turno vespertino, Emanuel Mendonça, presidente em exercício, cumprimentou os presentes e, como havia *quorum* regimental, declarou aberta a segunda etapa da reunião, às quatorze horas e quinze minutos. Anunciou e agradeceu a presença do Cel. José Francisco de Oliveira Leite e ressaltou a importância do apoio dessa Companhia na atividade de fiscalização, no interior do Estado. O Cel. Leite apresentou a proposta de interiorizar a COPPA na Bahia, e disse que somente educação ambiental não era suficiente para atingir a consciência do ser humano com relação à preservação ambiental e que a COPPA pretendia implementar uma ação constante de fiscalização; informou que recentemente foram criadas as Companhias Especializadas para ações na Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, e, informou que tratava-se de unidades para reforçar o policiamento já existente na área com ações típicas de impacto não ambiental; comunicou que pretendia treinar pessoas para lidar com o novo modelo de policiamento ambiental e elaborar um plano inicial que atenda toda a área norte do Estado; propôs descentralizar ações do Comando de Policiamento Especializado, para que pudessem articular as suas próprias ações; informou que pretendia utilizar a estrutura física do Comando de Policiamento Regional, mão-de-obra e as estruturas físicas da SEMARH e do IBAMA, em Juazeiro para coordenar as ações; propôs ao Comando, a execução de um projeto piloto, utilizando o CRA, SEMARH e IBAMA, através de policiais do Comando de Unidades da Polícia Militar, para serem treinados e colocados à disposição dos fiscais das respectivas regiões. Em seguida, o presidente concedeu dez minutos para um debate. O conselheiro Adalberto sugeriu a interferência do Secretário Jorge Khoury junto ao Secretário de Segurança Pública, no intuito de viabilizar a operacionalização da proposta de interiorização da

61 COPPA conforme a apresentação. O presidente em exercício informou que a COPPA estava inserida
62 oficialmente no Decreto que criou a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, agradeceu ao
63 Cel. Leite e, em seguida, passou a palavra à coordenadora Elizabeth Sucupira, representante do Grupo
64 Votorantin que apresentou a equipe de museólogos que residiam na região por mais de um ano: Emirta
65 Barbosa e Avandir Bezerra, para fazerem a apresentação do Programa de Levantamento Histórico
66 Artístico e Cultural de Cachoeira e São Félix. Acrescentou que o material poderia contribuir como uma
67 ferramenta de gestão do desenvolvimento de programas governamentais e planos de gestão municipal,
68 solicitou ao CRA, que desse continuidade ao trabalho e informou que os investimentos do projeto
69 seriam aplicados, inicialmente, na região de Cachoeira e São Félix. O Sr. Avandir Bezerra apresentou o
70 programa, que teve como objetivo principal o registro dos aspectos históricos e culturais mais
71 relevantes identificados da forma de ser, fazer e pensar típicos da região; elaborar inventário com
72 identificação, caracterização e cadastramento do material registrado; despertar nos habitantes das
73 duas cidades, a consciência e a valorização histórica e cultural do patrimônio da região; sensibilizar as
74 autoridades governamentais para formulação de políticas públicas sobre os bens culturais, buscando a
75 preservação do patrimônio material e imaterial. Dando continuidade, o presidente em exercício
76 retomou a pauta e comunicou as justificativas de ausências dos conselheiros Irundi e Marcos Mello,
77 José Francisco e Hadson Andrade, Marcos Félix, João Aurélio e Vera Frazão. Colocou em discussão e
78 votação a Ata da 272ª Reunião Ordinária, que foi aprovada com alterações. Passou-se para o Relato de
79 Processos Novos e comunicou o Pedido de Adiamento do conselheiro relator João Aurélio, referente ao
80 Processo 2003-004504/TEC/AIMU-0293, Utiara S/A Agroindústria e Comércio. O conselheiro relator
81 Walmir pediu diligência ao Processo 2002-005813/TEC/LO-0078, Globoaves Agroavícola Ltda e pediu
82 Destaque para o processo 2001-006217/TEC/LL-1977, CST EXPANSÃO URBANA. O presidente colocou
83 em Destaque o processo 2004-001604/TEC/LL-0016, Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, da pauta
84 suplementar, conselheiro relator João Aurélio, que encaminhou o seu voto. O conselheiro Andrezito
85 pediu destaque para os processos 2003-006387/TEC/LL-0061; 2003-006388/TEC/LL-0062 e 2003-
86 06386/TEC/LL-0060 referentes à empresa Galvani Fertilizantes da Bahia. O presidente retornou à
87 pauta, relato de Processos Novos, tendo sido aprovados por unanimidade os seguintes processos:
88 Processo 2003-003833/TEC/LI-0030, Sol Reciclagem Ltda, conselheiro relator Adalberto Ribeiro;
89 Processos 2003-004928/TEC/LL-0033 e 2003-004927/TEC/LL-0032, Empresa Baiana de Águas e
90 Saneamento S/A - EMBASA, conselheiro relator José Roberto Celestino; 2003-004929/TEC/LL-0034 e
91 2003-004932/TEC/LL-0036, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA, conselheira
92 relatora Conceição Riccio; e Processo 2004-002081/TEC/LL-0022, Rigesa da Bahia, conselheiro relator
93 Georges Souto. Em seguida, passou para os Processos com Pedido de Destaque: 2003-006387/TEC/LL-
94 0061, 2003-006388/TEC/LL-0062 e 2003-006386/TEC/LL-0060, todos da Galvani Fertilizante da Bahia,
95 conselheiro relator Adalberto Ribeiro, que leu o seu voto favorável à concessão das Licenças de
96 Localização, e ressaltou que, com relação ao projeto de beneficiamento de rocha fosfática, sugeriu
97 agregar os seguintes documentos: apresentar um layout da unidade de beneficiamento com a
98 descrição operacional das máquinas e a disposição espacial das demais instalações de apoio, que
99 também integrarão a mesma; descrever o funcionamento da unidade de beneficiamento, indicando
100 quais os eventuais resíduos, efluentes, emissões gasosas e insumos químicos com respectivas
101 caracterizações, volumes e destinações; explicitar as eventuais ações previstas pela empresa no
102 âmbito do compromisso social para com o povoado de Angico dos Dias. O presidente colocou em
103 discussão. O conselheiro Melquíades questionou quanto ao transporte e lixiviação do material que será
104 transportado para o município de Luiz Eduardo, se vai ser inserido em outro processo ou se terá um
105 seguimento do trabalho apreciado. O conselheiro Adalberto esclareceu que, trata-se da preparação de
106 matéria prima a ser embarcada em caminhões e deslocada até o município de Luiz Eduardo. O
107 conselheiro Melquíades solicitou informações do CRA se existia alguma empresa licenciada para fazer
108 essa preparação, que deve causar algum impacto ambiental. O presidente passou a palavra a Ruy
109 Muricy, que esclareceu que toda a análise foi feita com base naquela localidade, não houve maiores
110 considerações, a não ser o que estava previsto no licenciamento. O presidente passou a palavra a Ney
111 Maron, que informou que tratava-se de processos de licenças autônomos e se dispôs a averiguar e
112 informar posteriormente. O presidente colocou-os em votação e todos foram aprovados. Passou-se
113 para o Processo 2001-006217/TEC/LL/1977, CST EXPANSÃO URBANA, Termo de Referência para
114 elaboração do EIA/RIMA, conselheiro relator Walmir do Carmo, que leu o seu voto favorável O
115 presidente colocou em votação e como não houve objeção declarou o processo aprovado. Em seguida,
116 o presidente passou para análise do Processo 2004-001604/TEC/LL-0016, Petróleo Brasileiro S/A –
117 Petrobrás, pauta suplementar, conselheiro relator João Aurélio, leu o voto encaminhado pelo então
118 conselheiro, favorável à licença de localização. Colocou em discussão e votação. O conselheiro
119 Andrezito solicitou informações quanto às características do local onde será instalado o gasoduto. O
120 presidente passou a palavra a Ruy Muricy, técnico do CRA, que informou que constou no parecer
121 técnico, um pedido de apresentação do mapa de vegetação do local a ser instalado o gasoduto. O
122 conselheiro Renato Cunha pediu Vistas a este processo e foi concedida. Continuando, o presidente
123 passou ao Processo com Pedido de Vistas: 2000-004848/TEC/LO-0148, Medasa – Medeiros Neto

Destilaria de Álcool S/A, referente ao plantio de cana-de-açúcar, conselheiro relator inicial José Francisco Azevedo e pedido de vista pelo conselheiro Antonio Ormundo, que leu o seu voto e prestou informações sobre a visita técnica realizada naquela empresa, considerada participativa e com intenções educativa e registrou algumas sugestões: verificar, através de foto aérea, se a área de reserva legal corresponde a área averbada; além do condicionante II que trata sobre os equipamentos de segurança para quem aplica agrotóxicos, observar a estocagem de agrotóxicos e placas de sinalização de riscos; que a empresa utilize, obrigatoriamente, para alguns postos, a mão-de-obra local; elaborar testes para monitoramento dos recursos hídricos, para certificar-se se não há contaminação. Registrou ainda que deve-se adotar o princípio de compensação, justificável e a ser fundamento pelos condicionantes adotados na Resolução. O presidente passou a palavra a Ney Maron, que comunicou que as sugestões constantes do voto do conselheiro serão incorporadas aos condicionantes. O conselheiro Melquíades falou das condições precárias do alojamento dos trabalhadores. O presidente passou a palavra a Letícia Neves Gomes Vieira, técnica do CRA, que concordou com a inserção de acréscimos aos condicionantes, referentes às condições do alojamento e propôs a relocação do mesmo. A concessão da Licença de Operação à empresa Medasa foi aprovada com alterações aos condicionantes. O presidente registrou que o conselheiro Marcos Félix justificou que o motivo de sua ausência foi devido ao atendimento ao convite da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, referente ao debate dos problemas ambientais da Região do Município de Jequié. Passou-se para O que Ocorrer: O conselheiro Walmir comunicou que foi encerrado na última semana o curso oferecido pelo NEAMA para as entidades civis do terceiro setor, fez uma avaliação positiva do mesmo; denunciou problemas no aterro sanitário metropolitano de Salvador e solicitou informações. O conselheiro Melquíades sugeriu que o Secretário Jorge Khoury fizesse um sobrevôo na região de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Canavieiras para observação da devastação da vegetação nativa na área; denunciou a extração ilegal de pau-brasil, para exportação, no Estado do Espírito Santo; solicitou providência quanto a pesca ilegal de lagosta no município de Cabrália; registrou a realização de algumas audiências pública na Região do Extremo Sul, nos municípios de Teixeira de Freitas, Caravelas e Mucuri, pela empresa Bahia Sul, através de uma Certificadora, e que não houve participação da população. O conselheiro Renato Cunha comunicou que foi decretado, pelo Governo Federal, a ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que engloba, em parte, o Estado da Bahia; reiterou a importância da aprovação da Lei da Mata Atlântica no Senado Federal e solicitou interferência do secretário Jorge Khoury junto ao relator do Projeto, Senador César Borges, para abreviação do processo de aprovação; sugeriu convite para apresentação de representante da SOS Mata Atlântica sobre a publicação do diagnóstico da área de floresta; solicitou que as compensações propostas nos condicionantes das licenças emitidas pelo CEPRAM sejam discutidas pela Câmara de Compensação Ambiental da SEMARH; sugeriu a criação de Câmara Técnica de Saneamento Ambiental para discussão da Política Estadual de Resíduos Sólidos; sugeriu a instalação do Grupo de Trabalho de acompanhamento da Bahia Sul Celulose e solicitou agendamento de reunião. O conselheiro Antonio Ormundo denunciou a atividade de pesca predatória no município de Cabrália, inclusive pesca de lagosta, o que está contribuindo para captura acidental de tartarugas, encalhe de baleias e golfinhos, e solicitou providências junto ao IBAMA e a BAHIA PESCA; solicitou informações quanto às providências adotadas referentes a Central de Tratamento de Esgoto, no município de Santa Cruz de Cabrália. O presidente informou que a Embasa já efetuou levantamento e será encaminhada resposta formal, para o conselheiro Antonio Ormundo; comunicou posição da SEMARH referente às questões do chumbo nos municípios de Santo Amaro e Boquira; convidou a todos para realização do evento solene para entrega do Prêmio Bahia Ambiental, no dia quatro de junho, no Hotel Mercure; sugeriu o agendamento de data para a discussão da Política Estadual de Resíduos Sólidos. Como não havia mais nada a ser, discutido, a sessão foi encerrada às dezoito horas. Emanuel Mendonça lavra e assina esta ata. Salvador, 28 de maio de 2004.

Presentes:

Membros:

Emanuel Mendonça – presidente em exercício

Adalberto Ribeiro – SICM

Antonio César Ormundo – PAT

Georges Souto - GERMEN

José Augusto Passos – FTIEB

João Aurélio Viana – SEAGRI

Joás Brandão – GAP

José Roberto Celestino – ABES

Maria Conceição Riccio – SESAB

Melquíades Oliveira - CEPEDS

Renato Cunha – GAMBÁ

Waldir do Carmo – GRAMA

Secretaria Executiva:

187 **SEMARH**
188 Larissa Cayres – coordenadora – SPA
189 Eliuda Soares – secretária – SPA
190 Jader Cardoso da Silva - SPA
191 **CRA:**
192 Ney Maron – diretor de controle ambiental
193 Ruy Muricy – coordenador
194 Letícia Neves G. Vieira – coordenadora
195 Luiz Cezar Pinha – técnico
196 Fernando Esteves – técnico
197 **Convidados:**
198 Cel. José Francisco de Oliveira Leite – COPPA
199 Elizabeth Sucupira – coordenadora de Projetos Ambientais - Votorantin